

TRILHAS DA PESQUISA ANTROPOLÓGICA: DO MUNDO RURAL À EDUCAÇÃO

NEUSA M. M. GUSMÃO

RESUMO *O caminho trilhado que me fez antropóloga a partir do mundo rural e que, por meio do rural, levou-me, anos mais tarde, a pensar, pesquisar e refletir a respeito da antropologia e a educação, é aqui o contexto que retoma as trilhas de formação e prática antropológica no fazer da pesquisa. Ainda que na primeira pessoa, o que aqui é narrado resulta de encontros e desencontros vividos entre a formação, a docência e o trabalho de campo. Dialoga ainda, com os muitos sujeitos presentes no caminho e que ao compartilharem suas vidas e saberes me conformam naquilo que sou como pessoa e profissional.*

PALAVRAS - CHAVE *Antropologia. Educação. Pesquisa. Mundo rural.*

PATHS OF ANTHROPOLOGICAL RESEARCH: FROM THE RURAL WORLD TO EDUCATION

ABSTRACT *The path that has led me to become a rural anthropologist and which through the rural world has led me years later to think, research and reflect on anthropology and education, is the context that takes the trails of anthropological research training and practice. And, still as first-hand experiences, what is narrated here results from the ups and downs experienced between training, teaching and fieldwork. It also dialogues with the many people along the way and who, by virtue of sharing their lives and knowledge, shaped me into what I am both as a person and professionally.*

KEYWORDS *Anthropology. Education. Research. Rural world.*

CAMINHAR E TRILHAR PERCURSOS

“A antropologia é caminho, é a trilha por onde se vai até... ou então, se a educação é o cume da montanha, a antropologia é a “via” por onde desde a “base” se chega ao cume”.

Carlos Rodrigues Brandão (2022, inédito)

Até onde se pode ir pela “via” da antropologia? Como chegar ao “cume” da montanha? A partir desse mote, pretendo expor o caminhar que me fez antropóloga a começar do mundo rural e que, por meio do dele, levou-me, anos mais tarde, a pensar, pesquisar e refletir a respeito da antropologia e da educação. Trata-se de buscar, na memória, as trilhas do meu próprio caminhar e expor, tanto quanto possível no âmbito de um pequeno artigo, a natureza do caminho e o fazer da caminhada.

O trânsito de formação como antropóloga e pesquisadora do rural e da educação por meio da antropologia foi o desafio que me foi solicitado para a comemoração dos 15 anos, em 2022, da Revista Ruris (UNICAMP). Todavia, não é fácil falar de si mesmo e do caminho de formação que, ao ser trilhado, formamos, além de conformar um universo de conhecimento a partir do qual se exerce uma dupla condição como pessoa e antropóloga. O caminhar em um campo de saber e, também, entre campos de saberes diversos e não excludentes, não é um ato solitário e sequer isento de conflitos. Pelo contrário, somos o que somos devido aos muitos sujeitos e aos muitos desafios e respostas que se colocaram e se colocam diante de nós ao caminhar.

Assim, o que aqui apresento, ainda que na primeira pessoa, é resultado coletivo de encontros e desencontros presentes na formação da pessoa e do profissional que sou, fruto de um coletivo que, embora não nominado, foi e ainda é presente no trajeto, na trajetória e nas travessias de meu próprio caminho.

A TRILHA ACADÊMICA: O COMEÇO...

Ao falar do início da caminhada, lembrei-me de Evans Pritchard (1978), quando, referindo-se aos Nuers, afirma que a contagem do tempo é um meio de coordenar relacionamentos e “consiste, notadamente em olhar-se para trás...” (p. 121-2). Não podendo voltar muito atrás na realidade que me formou desde muito pequena, anoto, aqui, a filiação a dois camponeses, meus pais, pequenos proprietários de terra que, diante de mais uma crise do mundo rural, fizeram-se migrantes do rural para o urbano, do campo para a cidade, da lavra da terra para a condição de subalternidade operária e, em tempos melhores, trabalhadores autônomos no setor de comércio. Não vivi a história do meio rural, mas a história paterna se apresenta como raiz que, ao não ser subtraída, negada, certamente se faz pano de fundo de minha caminhada, ou seja, faz-se como memória adquirida do rural que não conheci. Não por acaso, já adulta e na universidade, apesar das influências de professores indigenistas preocupados em formar indigenistas compromissados com a causa indígena, encaminhei meu olhar, lentamente, para o mundo rural e litorâneo.

Em memorial escrito em 1997¹, afirmo que meu rito de passagem, de descoberta do “campo” e do “outro”, começou na graduação, quando estudando indígenas, o rural e as populações litorâneas eram os sujeitos que me seduziam e que despertavam meus interesses. A pesquisa solo na graduação, muito incipiente, foi feita com caiçaras² da Ilha de Santo Amaro, em 1972, quando ainda estudante, ao visitar o Guarujá/SP, descobri o seu outro lado – a favela caiçara do Pai Cará³. A favela, naquele momento, contava uma história que recém se transformara devido à urbanização local. Assim, caiçaras pescadores e lavradores deixavam a terra e o mar para compor uma nova realidade: a favela e o mercado de trabalho. Pesquisar e contar essa história foi a estrada que me levou à pós-graduação. Foi também a primeira experiência de campo, que, entre 1972 e 1973, revelou a importância da vivência

¹ Muito do que aqui exponho se encontra em Gusmão, Neusa M. M. Memorial 1. *Primeiro Ato: um olhar sobre trajetões e trajetórias*, escrito em 1997, para concurso público de efetivação no Serviço Público Estadual, dando continuidade à minha caminhada no interior da carreira docente na universidade de Campinas. Inédito. Obs.: as referências bibliográficas daquele momento foram mantidas e nem sempre completadas posto que não se encontram disponíveis on-line.

² Os estudos do período definiam os sujeitos do meio rural como camponeses e, quando próximos da área litorânea, caiçaras, ligados à terra e, por vezes, ao mar, como apontavam os estudos de Gioconda Mussolini e de Antônio Carlos Diegues, referências daquele momento na academia.

³ Pai Cará é hoje um bairro urbanizado na periferia do Guarujá e integrado ao polo urbano.

com o “outro” e o significado do fazer antropológico. Em 1974, será essa experiência de campo a responsável pelo trabalho de ingresso no mestrado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a PUC/SP, na área da antropologia.

A segunda experiência de campo aconteceu em 1975, na favela caiçara da Ilha das Cobras, em Paraty, Rio de Janeiro. Originalmente, tratava-se de trabalho exploratório e de fundo histórico sobre a região paratyense e tinha por título: “Agricultura e Acumulação: o Caso de Paraty”, resultando, posteriormente, no fio condutor para o projeto de pesquisa ligado ao mestrado. Tal projeto tinha por centro de interesse a análise do assalariamento caiçara em Paraty, mediante muitos depoimentos colhidos entre favelados, posseiros recém expulsos das terras que habitavam por muitas gerações. Com isso, coloquei-me diante do desafio de pensar, naquele momento, o que acontecia na região, ou seja, as expropriações das terras e suas gentes como processos em acontecimento⁴.

O novo que se apresentava no trabalho de campo redirecionou o interesse da pesquisa, e meu olhar se voltou para os que ainda estavam no meio rural e produziam a vida por meio de uma agricultura de subsistência. A novidade em suas vidas era a expansão, na região, de projetos desenvolvimentistas que traziam interesses sobre suas terras, das quais tinham a posse costumeira, mas não a propriedade legal, exigida pelos cânones da sociedade. Por essa relação frágil aos olhos da sociedade inclusiva, eles e suas terras se tornaram alvo de processos de desapropriação que os levavam a enfrentar uma luta desigual para ali permanecerem, resistindo para não terem a favela como destino. Como diziam, então, “como vamos viver na Ilha das Cobras ou lá na favela de Ubatuba? Não dá!”

Assim, foi a experiência de campo que fez com que a pesquisa migrasse da favela paratyense para um núcleo de posseiros negros, lavradores e caiçaras da mesma região – Campinho da Independência –, isso, entre os anos de 1975 e 1978. Campinho e

⁴ As terras em torno da área dos municípios de Paraty e Angra dos Reis vinham sendo valorizadas em função de projetos como a construção da Usina Atômica, conhecida como Angra I, pela criação do Parque Nacional da Bocaina e pelo projeto do que viria a ser a BR-101, Rio-Santos. A favela paratyense resulta desse processo pela expropriação de agricultores de subsistência e posseiros (GUSMAO, 1995).

sua gente estavam em luta contra supostos proprietários de suas terras. Portanto, o rural se oferecia para análise, mas não sem os percalços do mundo acadêmico, que, naquele momento, via esses sujeitos, apenas como força de trabalho para o capital, e sua agricultura de subsistência, como destinada a desaparecer. A condição negra de sua gente não era, ainda, um tema acadêmico de interesse, fato que conduziu a análise a pensá-los como trabalhadores da subsistência em vias de proletarianização.

A dissertação de mestrado – “Campinho da Independência: Um caso de Proletarianização Caiçara” –, orientada pelo Prof. Dr. Edgar de Assis Carvalho, foi defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC de São Paulo, em 25 de setembro de 1979. O ritual acadêmico da defesa do mestrado se fez como portal que, ao ser transpassado, abriu novos caminhos. Naquele momento, o vivido como experiência de campo entre os sujeitos negros de Campinho da Independência colocou em tensão o pensamento acadêmico vigente, presente na dissertação de mestrado, e redesenhou o cenário da realidade investigada, abrindo outras possibilidades de construção do conhecimento.

Os cenários social e acadêmico, na passagem de 1970 para 1980, foram marcados por muitos acontecimentos que traziam mudanças sociais e exigiam novos olhares para o mundo à volta. Os arguidores, com a excelência da arguição que me foi feita na defesa do mestrado em 1979, permitiram-me avançar, e resgatei oralmente o que permaneceu ausente e silenciado no trabalho realizado: a experiência de campo e a condição negra e campesina dos sujeitos investigados. A partir do trabalho escrito – a dissertação – e, na oportunidade de expor a experiência de campo aberta pelos arguidores, descobri que o trabalho acadêmico constitui uma forma de ver os acontecimentos, porém, não a única. O que está escrito não é tudo e, como tal, permanece qual realidade aberta para outras inquietações e caminhos para ser entendida.

Assim, naquele momento, a percepção foi a de que a descrição acadêmica limitou a exposição da experiência vivida na extensão dos sentimentos, emoções, percepções e do conhecimento, quando em campo e, por fim, fez com que a dissertação escrita se tornasse naquilo descrito segundo as regras então vigentes. Lembro-lhes de que eram os anos de 1970; portanto, as perspectivas, tanto na sociedade como na academia, estavam em lento processo de mudança. Hoje, compreendo que não necessariamente interpretar, analisar significa congelar o tempo e esvaziar a vida. Diferentemente do escrito no mestrado, a defesa oral permitiu-me falar da paixão viva do campo, tal como diz Brandão (1979), ao confidenciar que os segredos da profissão (de antropólogo) estão entre “os melhores momentos dessa aprendizagem” (p.4), e acontecem junto aos sujeitos que estudamos, durante a vivência de campo. Os piores, segundo o autor, são aqueles em que, “em nome da ciência”, obrigam-nos a complicar o que é visto e vivido com e entre os sujeitos.

Na defesa do mestrado, a crítica franca e de qualidade, gestou, no próprio processo, o desejo de ir em frente, recuperar todas as dimensões da subjetividade do encontro com o “outro” – o povo negro de Campinho da Independência – e, assim, objetivar aspectos vividos e apreendidos, porém, não explorados em profundidade. Entre esses aspectos, destacava-se a questão racial, posto que esse povo caiçara era também, senão essencialmente, negro. Destacava-se a luta pela terra, posto que esse povo caiçara era também camponês. No momento da academia⁵, a experiência única do campo se impôs e deu origem a um novo desafio: o projeto de meu doutorado, desenvolvido entre os anos de 1980 e 1990.

O momento da dissertação do mestrado fora um tempo de transição do trabalho intelectual. A academia dividia-se entre o saber reconhecido, constituído, a teoria, e a “nova” moda e sua ideologia, proporcionadas pelos movimentos sociais. Nesse processo, havia uma consequência para a experiência

⁵ Hoje, repensando os anos de 1970, compreendo algumas razões dos limites de então que dizem respeito a dois momentos do pensamento acadêmico. Os anos 1960, com a emergência nas Ciências Humanas da análise marxista, e o final dos anos 1970, que, menos do que um movimento interno das categorias de análise, significou a emergência de “outras falas” até então silenciadas, como diz Paoli. (1987)

acadêmica iniciante: a vivência intensa do campo reduzida em expressão e significado. E a preocupação fundamental: atender aos pressupostos acadêmicos reconhecidos, legitimados e sem grandes conflitos.

No mestrado, o *Anthropological Blues*, de que fala Da Matta (1978), foi sentido, mas não compreendido. O que era o *Anthropological Blues* presente na experiência vivida com os negros de Campinho da Independência? Era o próprio contexto da luta pela terra, que crescia como parte de um movimento social intenso e complexo. O Blues era a natureza mesma desse processo, marcado por elementos bastante singulares ao grupo, quais sejam, seu estreito parentesco e a cor negra de seus membros⁶. A vivência do grupo negro com esta pesquisadora foi intensamente vivida, sentida e compartilhada, mas não se traduziu no texto escrito. A limitação aconteceu não apenas pelas regras do mundo acadêmico, mas, também, pela condição de pesquisadora em formação, cuja autonomia acadêmica ainda estava em construção.

No início de 1980, quando iniciei o doutorado na PUC/SP, as Ciências Sociais já haviam assumido a lição dos movimentos sociais, ou seja, que “a dominação não é um pacote pronto que dominados indiferenciadamente engolem porque não têm outras perspectivas pela frente” (PAOLI, 1987, s/n). Dar forma à nova etapa de meus estudos significou compreender que a população de Campinho mostrava não ser uma massa informe de força de trabalho e que sua realidade não se resumia a inserir-se no quadro geral e “rotineiro” das mudanças no interior da agricultura brasileira.

O que, hoje, posso dizer é que o mestrado na década de 1970 desfocou a ênfase do trabalho para o vínculo externo da comunidade. Centrou a análise na articulação desta com o mundo de fora, com o mercado de trabalho. Perdeu-se a comunidade, perdendo de vista o contexto concreto por ela vivido. No entanto, foi a força da experiência vivida, do trabalho de campo e da

⁶ Os movimentos sociais emergentes no Brasil, nos anos de 1980, implicaram a redefinição do social, que passava a significar, sobretudo, o cotidiano das pessoas pertencentes a grupos sociais diferenciados por distintas formas de representação e ação (PAOLI, 1987).

própria realidade que se insurgiu na análise, criando a oscilação entre objeto e teoria, entre objeto e pesquisador. O doutorado foi uma outra forma de ver a realidade dos negros de Campinas da Independência. Revisitá-la, muitos anos depois foi revê-la em seu conteúdo, expressão e significado. Ou seja, como diz Geertz (1978, p. 321),

(...) qualquer que seja o nível em que se atua, e por mais intrincado que seja, o princípio orientador é o mesmo: as sociedades, como as vidas, contêm suas próprias interpretações. É preciso apenas descobrir o acesso a elas.

O novo dos anos de 1980 começou, portanto, no passado. A nova etapa foi de diálogo entre o trabalho de 1979 e o projeto concluído em 1985. Não se pretendeu, no entanto, recontar a vida, mas, plagiando Vargas Llosa (1984), transformá-la acrescentando-lhe alguma coisa. O que hoje sei e acrescento é que, academicamente, os movimentos sociais que envolviam segmentos minoritários – mulheres, índios, menores, negros e outros – não tinham, nos anos de 1970, o status de prioritários, ou mesmo significativos, no interior da academia. A ausência de espaço no âmbito intelectual revela a ausência de espaço na esfera social e vice-versa. A negação em ambos tornou quase que “natural” e sem significado, no mestrado, a condição negra dos sujeitos pesquisados, posto que essa invisibilidade e esse silêncio também se impunham no meio acadêmico.

O problema da apropriação e manipulação do conhecimento pela ideologia oficial demonstra, assim, que tudo e todos são vistos conforme o pensamento vigente, mesmo quando criticamente construído, e que é preciso estar sempre alerta. A questão do silêncio é, sem dúvida, a contraface do preconceito no quadro das relações raciais. Presente nas pessoas de modo geral, apresenta-se entre intelectuais e na academia, transvestido em conceitos que adulteram ou minimizam a própria realidade

histórica. No mestrado, dizia-se “caçara” para não se dizer “negro”, fato do qual, somente anos depois, pude me dar conta.

E, nesse desafio inicial, fui me fazendo antropóloga. Aprendi, com o campo, as alternativas construídas e em construção pelos chamados “outros” no cotidiano da vida vivida e sempre movente. Como pesquisadora nessa nova investida, eu me fiz aprendiz e, ao mesmo tempo em que compartilhava meu saber, descobria um processo de intensa aprendizagem, processo de mão dupla: aprendi que conhecer o “outro” exige estar com ele para compreender seu mundo e ele, o meu. O processo dessa interação necessária se fez exemplar desde os primeiros passos pós mestrado.

O pré-projeto apresentado ao doutorado em 1982, ainda na PUC/SP, intitulava-se “Resistência Caçara: Um Jogo de Poder” e propunha-se a aprofundar o conhecimento sobre a realidade de Campinho da Independência, agora, pautado no debate das relações raciais e em razão da condição camponesa dos negros de Campinho, mas ainda denominando-os como caçaras. No entanto, por mais que recebesse muitos elogios pelos rumos do trabalho, sentia-me isolada e sem interlocutores no interior da instituição onde eu era docente e estudante de pós-graduação, posto que a questão negra e camponesa ainda não estava consolidada no programa que me acolheu. Assim, embora a PUC/SP tenha sido fundamental em minha formação, a questão acima não tinha ali peso e presença, seja na identidade de grupo (os poucos estudantes de pós voltados para a questão indígena), ou mesmo do departamento de antropologia a que pertencia como docente e ao qual a pós-graduação estava vinculada. Sentia-me, então, limitada pela escolha feita, mas dela não queria abrir mão. Para além dos modismos acadêmicos de cada época, reconheço que formada por indigenistas, ali dentro, e para a causa indígena, meu caminho “por fora”, com camponeses e negros, colocava-me em uma posição liminar e incômoda no interior da instituição.

Em 1982, pela primeira vez, fiz o teste de minhas ideias ao apresentá-las, na XVIII Reunião Brasileira de Antropologia – ABA, realizada em abril, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, onde não conhecia ninguém. Na mesa de apresentação de meu trabalho, definitiva foi a presença do Prof. Dr. João Baptista Borges Pereira, que, desde os anos finais de 1970, vinha gerando esforços sistemáticos para os estudos sobre populações negras em condições de vida rural, tendo ele, criado um núcleo específico de pesquisa junto ao Programa de Pós-Graduação no Departamento de Antropologia da USP⁷.

⁷ Ver PEREIRA, (1981).

Posso dizer que, coincidências à parte, estava no lugar adequado e na hora certa. Incentivada pela possibilidade de interlocução, prestei o concurso de ingresso no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP, no início de 1984, sendo aprovada e aceita para o doutorado, sob orientação de um mestre-mor que, abrindo todas as portas, ensinou-me muito mais do que fazer uma tese de doutorado, o Prof. Dr. Kabengele Munanga.

⁸ O alvorecer do século XXI será, também, o alvorecer do povo negro de Independência para um novo momento de sua história, agora como Quilombo da Independência. O processo de titulação de suas terras, da qual participei como responsável pelo Laudo Territorial, foi concluído em 1999 e reconhecido pelo Decreto Estadual nº 25.210 (10/03/1999), publicado em Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 11 de março do mesmo ano. Finalmente, em 2000, Campinho da Independência teve reconhecido, legitimado e legalizado o direito de propriedade da terra quilombola tornando-se e à sua luta, um exemplo de direitos e de conquista política quilombola (GUSMÃO, 2016).

O projeto de pesquisa apresentado para ingresso na USP tinha por título: “Negritude e Campesinato: a construção da identidade social no campo”, revelando no próprio título, o amadurecimento da temática iniciada em 1970. A ida para a USP (1984) como pós-graduanda e para a UNESP (1985) como docente significou poder vivenciar, não apenas condições diferenciadas de trabalho, mas também, um tempo de muitas promessas e expectativas. Um tempo em que a pesquisa se fez como mergulho em profundidade na realidade do campo. O trabalho de campo possibilitou um intenso processo de troca e de construção do conhecimento a respeito da vida e da luta dos negros de Campinho da Independência⁸ e de minha própria perspectiva como pesquisadora e ser humano. Como diz Peirano (1995, p. 22),

A experiência de campo depende, entre outras coisas, da biografia do pesquisador, das opções teóricas dentro da disciplina, do contexto sócio-histórico mais amplo e, não menos, das imprevisíveis situações que se configuram, no dia a dia, no próprio local de pesquisa entre pesquisador e pesquisados.

O processo vivido em campo permitiu concluir o doutorado na Pós-Graduação da USP, em 1990, com a defesa da tese intitulada “A Dimensão Política da Cultura Negra no Campo: Uma Luta, Muitas Lutas”. Em 1995, dentro do marco comemorativo dos “300 anos de Zumbi”, a pesquisa desenvolvida junto aos negros de Campinho da Independência resultou no livro “Terra de Pretos, Terra de Mulheres - terra, mulher e raça”, editado naquele ano pela Fundação Cultural Palmares. Fechou-se, assim, um ciclo acadêmico de formação em que aprendi “a ser a minha própria pessoa”. Nas palavras de Brandão (1979, p. 5), eu também:

Aprendi a me envolver de emoção pelo meu trabalho, por causa daquilo que meu trabalho revelava. Aprendi a só querer pesquisar e escrever sobre aquilo que de algum modo tomasse conta de minha vida e dos seus significados. Agora não era preciso olhar mais pela janela. A vida estava ali onde eu ia buscá-la.

Assim, soube que a parte inicial de formação terminara, mas o que aprendi seguiria comigo a sedimentar minha caminhada. Os caminhos da, agora, antropóloga resultaram em um constante dimensionar das trilhas da emoção na pesquisa de campo, das subjetividades em relação e de cruzar pontes, fazendo diálogos constantes com as minhas experiências pessoais e acadêmicas. Aqui estou, assim sou e vou agora e sempre...

AS TRILHAS DO CAMPO: CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA

Desde a época do mestrado, em 1974, e, também, por um pouco de aventura, comecei a andar pelo sertão da região paratyense, que, ilhada por metrópoles (Rio e São Paulo), era ainda uma região virgem em pleno sentido. Sertão da Serra da Bocaina, sul do Rio de Janeiro, posteriormente, Parque Nacional da Serra da Bocaina. Cruzar rios, subir montanhas, seguir trilhas com o “pessoal da malária”, observar, observar, observar. Gastar muita conversa com o homem simples da roça e do mar. Incipiente pesquisadora, não plenamente treinada. Olhos, ouvidos de principiante. Hoje avalio o que vi, ouvi e vivi, não registrei e perdi. Mas sei também o quanto a sensibilidade foi treinada na descoberta de gestos, olhares e palavras, dando corpo à aprendizagem da pesquisadora e antropóloga que sou. Descobri o valor pleno da chamada “observação participante” e, com ela, o *Anthropological Blues* de Da Matta (1978). Compreendi que, além dos instrumentos formais de coleta de dados, olhos e ouvidos são fontes adicionais que não devem ser jamais menosprezadas. À sua vez, “caderno de campo” ou “diário de campo” foi complemento indispensável no trabalho de pesquisa. Como diz Oliveira (2023, no prelo),

O diário de campo [...] registra o cotidiano do pesquisador em campo. Registra-se nele o que foi observado, as interações, as impressões, ideias, esquemas mentais. Ele acompanha o pesquisador desde as ideias iniciais de sua pesquisa até sua conclusão, devendo ser lido e relido continuamente (sempre cabendo mais anotações). Ele constitui talvez a principal ferramenta do pesquisador em campo.

O diário de campo possibilita ainda, segundo Oliveira, o necessário distanciamento quando, mais tarde, faz-se a reflexão que permite a análise do desenvolvimento da pesquisa. Ou, como diz Peirano (1995), será este [o diário de campo] o caminho a

possibilitar uma reflexão sobre o que aconteceu “lá”, no campo, e o que será dito “aqui”, no universo acadêmico. Para a autora,

Os dados de pesquisa não são só “observados”. Eles oferecem a possibilidade de que se possa revelar, não ao pesquisador, mas no pesquisador, aquele “resíduo” incompreensível, mas potencialmente significativo, entre categorias nativas apresentadas pelos informantes e a observação do etnógrafo, inexperiente na cultura estudada e apenas familiarizado com a literatura teórico-etnográfica da disciplina (PEIRANO, 1995, p. 21).

No ir e vir pela Serra da Bocaina, na região de Paraty, meio que ao acaso, cheguei a Campinho da Independência; porém já não estava inteiramente destituída da capacidade de observar tudo que via e ouvia, segundo os moldes da antropologia – fato fundamental para a formação do pesquisador/a. O caminhar entre todos e tudo naqueles espaços foi essencial para que me inteirasse dos muitos significados de trilhar diferentes espaços e compartilhar universos que desconhecia. Foi assim que, tal como diz Brandão (1981, p. 4), também eu “Aprendi novos modos de ver, perguntar, anotar, conhecer. Aprendi também que não saberia mais ficar sem voltar aos mesmos lugares, às mesmas pessoas e aos mesmos rituais”.

Entre os anos de 1980 e 1983, voltei inúmeras vezes à localidade de Campinho⁹. Das visitas cordiais e amigas, fazia parte também um olhar diferente de quando lá cheguei a primeira vez na década anterior. Do olhar inocente ao olhar treinado do pesquisador, sabia agora, plagiando Cardoso de Oliveira (1994), que a primeira experiência, nos anos de 1970, já fizera a domesticação teórica do meu olhar – fato que se dá a partir do “esquema conceitual da disciplina formadora de nossa maneira de ver a realidade” (p.7) e de estar com nossos sujeitos.

Assim, a questão teórica da segunda investida (o doutorado) na realidade do grupo negro de Campinho da Independência

⁹ Mais de quarenta anos depois, ainda hoje, visito regularmente o grupo quilombola e acompanho as transformações do lugar e de sua gente via ações organizadas do Quilombo e por oportunidades abertas por políticas públicas e luta coletiva deles.

estava posta e dimensionada e, diferentemente da primeira pesquisa (o mestrado), o grupo negro avaliou o projeto e autorizou a, agora, amiga e comadre a retornar ao campo na condição de pesquisadora. Tal posição aconteceu como parte do compromisso político com a realidade em estudo, por respeito à condição de sujeitos do povo de Campinho, mas contou, também, com o respeito mútuo construído por convivência, aprendizado e compromisso.

No percurso de dez anos de convivência – 1973/1983, entre mestrado e doutorado –, deixei de ser “estranha”, tornei-me “comadre”, uma “quase” parente. Pude, então, cruzar a fronteira (não sem dificuldades, como atesta o salto qualitativo entre meu mestrado e o doutorado). Em 1983, quando enfim, havia uma nova pesquisa pela frente, ser aceita entre os de Campinho, como pesquisadora, foi uma conquista em que de “invasora profissional” como afirma Geertz (1978), passei a viver e experimentar, em um “mergulho para dentro”, a realidade do campo e a condição efetiva de pesquisadora. Finalmente, compreendi em toda a extensão possível, como em um jogo, na apreensão das regras e na sua transformação em estratégia de compreensão da realidade, o “como” e o “quanto” o pesquisador e a pesquisa são assim, transformados, bem como também transformam os sujeitos.

O campo político de relações entre pesquisador e pesquisado, muitas vezes, envolve a inversão de papéis. O pesquisador torna-se objeto e usa-se dele no interior de um espaço que é político. Nele, ambos constituem realidades manipuláveis em que trocas, alianças e conflitos constituem a experiência alargada, de que trata Merleau-Ponty (1980), e dão lugar ao ponto de vista do pesquisador e do pesquisado, como parte de um espaço partilhado. Não se pode esquecer de que o pesquisador é o tradutor da vida do outro, mas, nessa prática, muitos objetos e diferentes subjetividades encontram-se envolvidos. À moda de Geertz, é preciso lembrar que a leitura que o antropólogo faz da realidade não é a própria realidade, mas um dos muitos caminhos

pelos quais é possível interpretá-la. A interpretação científica é um instrumento de atuação no social e implica, portanto, ter que discernir politicamente os interesses que a envolvem: os do pesquisador e os dos sujeitos pesquisados. Constrói-se assim, a arte da mediação¹⁰, o compromisso político e o diálogo, sempre necessário, nas relações humanas, e essencial, no fazer antropológico.

¹⁰ Sobre o papel da mediação na prática antropológica, ver: GUSMÃO (2020).

A prática de pesquisa foi treinando a pesquisadora e esta, lentamente, deu forma à antropóloga que, anos mais tarde, centraria atenção e faria do problema étnico, no meio rural, o seu grande desafio. Desde então, esse tem sido o marco de minhas reflexões. De meu mestrado, na PUC, ao meu doutorado, na USP, tenho abordado a questão camponesa que envolve grupos rurais negros. Dessa vertente decorrem outras tantas que, saindo da questão étnica e camponesa, passam pela questão da terra, da pequena produção e chegam à mulher rural, em particular, à mulher negra; assim, sigo com os movimentos sociais no campo a literatura engajada de escritores negros urbanos, e, hoje, foco na questão quilombola e na educação quilombola. Outros desejos cruzam muitos outros caminhos no espaço da pesquisa. Nem todos podem ser seguidos com a mesma dedicação com que tenho buscado entender o étnico no rural brasileiro e como a experiência do mundo rural moldou meu olhar a tantas e decorrentes questões presentes no mundo social¹¹.

¹¹ A sensibilização com a temática negra conduziu-me a outros projetos como desdobramento do interesse temático e científico. De todos eles, destaco o projeto “Os Filhos da África no Brasil e em Portugal: infância, família e gênero” que resultou em minha titulação como Livre Docente, na FE/UNICAMP e que se encontra publicado em Portugal e no Brasil com o título *Os Filhos da África em Portugal: antropologia, multiculturalidade e educação*. Autêntica Editora: Belo Horizonte, 2005 (2ª edição, 2007).

Muitos projetos de pesquisa foram desenvolvidos ao longo dos anos em que tenho atuado como docente e pesquisadora. Em todos eles, busco construir um processo de reflexão centrado em um segmento específico da sociedade brasileira, e o foco privilegiado de meu olhar tem sido o encontro de identidades étnicas singulares – crianças, homens e mulheres negros –, remetidas ao espaço da família, da escola e da sociedade. Em todos os casos, busco pela questão das formas de existência pouco conhecidas que resultaram da experiência histórica da escravidão no Brasil e que se instituíram frente à inserção dos contingentes

negros em um contexto de intensa transformação social. Nesses trabalhos, discuto as possibilidades de que mecanismos particulares de constituição da identidade social, individual e coletiva, informam e orientam as tentativas de explicação de realidades em que o segmento negro se faça presente, seja no meio rural, urbano, em escolas, universidades ou em outros espaços.

ENTRE O RURAL E A EDUCAÇÃO: CAMINHOS E TRILHAS ANTROPOLÓGICAS

O primeiro olhar, moldado ainda na graduação, desvendou o “outro” como diverso e diferente em relação e em oposição ao “nós”. Dessa descoberta, via realidade indígena, descobri o universo caiçara e camponês para, então, penetrar na questão da raça e da etnia. Pesquisando o universo rural, inquietei-me com as possibilidades de construção da identidade por parte de crianças que traziam consigo a marca da diferença. As crianças negras de Campinho da Independência, onde primeiro pesquisei, traziam consigo a história de seus pais e avós, impressas nas relações vividas com o lugar e com o mundo do branco, este, manifesto no espaço da escola e na difícil relação com professoras brancas, que vinham do mundo urbano, também trazendo consigo visões estereotipadas e negativas do universo rural e negro. Foi ali, ainda nos anos 1980, que uma inquietação cresceu em mim. Fruto dessa inquietação, um campo novo de reflexão e investigação se impôs e me conduziu, lentamente, a muitas descobertas, entre elas, a infância, a escola e o imaginário da criança negra.

Por esse percurso, aproximei-me do campo da educação e de seus debates ainda incipientes das questões postas pela diferenciação sociocultural. Jornada muito difícil naqueles anos de 1980, posto que não havia exemplos a serem considerados ou bibliografias consistentes que pudessem orientar o olhar e o pensamento pelo viés antropológico.

Um dos trabalhos que desenvolvi nos anos de 1980¹², sem contar com os debates que, hoje, estão disponíveis na discussão do imaginário infantil pelo uso de desenhos, tornou-se, então, um marco referencial para indivíduos, pessoas, grupos e instituições, por cruzar o universo da infância, em particular, o da infância negra, com o imaginário social instituído e instituinte no social brasileiro, por meio do uso de um recurso pouco visto e pouco considerado fora do campo da psicologia: o desenho da criança negra. Todas as minhas pesquisas atuais resultam dessa experiência e atualizam seu debate metodológico com o tema, hoje, da educação quilombola.

Assim, o trabalho de 1986 foi detonador de um campo de reflexão, não apenas meu, mas de outros, como atestam algumas dissertações e teses, ao longo desses anos, e os trabalhos que orientei entre estudantes na área da educação. Por ter percorrido diferentes grupos e ter sido referência de outros estudos, esse trabalho penetrou também outros espaços de debates, mais ligados à educação e ao tema da diferenciação étnico-cultural, ainda pouco desenvolvido. Atualmente, a temática se beneficia de estudos mais consistentes e aprofundados com recursos do olhar e da teoria agora disponíveis, dado o avanço de pesquisas e o diálogo entre áreas de conhecimento.

Hoje, sociólogos, antropólogos e pedagogos preocupados em suas pesquisas com essa temática e com o processo de homogeneização cultural promovido pelo sistema educacional vigente e, portanto, pela escola, vêm discutindo a questão da legitimidade e da valorização das diferenças, bem como seus efeitos nos processos escolares e intraescolares com o uso desse recurso – o desenho – e de outros recursos imagéticos que se agregam a ele, aprofundando a possibilidade de análise e compreensão da infância de diferentes grupos sociais.

Por esse único e antigo exemplo, evidencio como a implementação dos debates entre antropologia e educação foi sendo construída, e tais debates se afiguram como particularmente

¹² O texto “Socialização e Recalque: a criança negra no rural”, apresentado na ABA de 1984, circulou por vários lugares, instituições e grupos e foi tido como inovador fora da área da psicologia. Foi também motivador de muitos outros textos, de dissertações a teses de doutorado. Foi publicado com o mesmo título em 1993, no *Caderno Cedes – Educação e Diferenciação cultural: índios e negros*. n. 32, Campinas, Papirus/ Cedes, pp. 49 – 84. Disponível em: cedes.unicamp.br/publicações/edição/311. Acesso em: 21/12/2022.

interessantes tanto no sentido pedagógico quanto por sua atualidade e relevância. Assim, os contatos entre culturas, cada vez mais intensos, e os processos globalizantes que levavam e levam à perda da singularidade de grupos diversos acabaram e acabam, ainda hoje, por instaurar conflitos e “mobiliza[r] intelectuais, agentes governamentais, partidos políticos e movimentos sociais” (MONTEIRO, 1994, p. 42). Com isso, a questão da diversidade cultural do meio social se confrontava e ainda se confronta com formas homogeneizantes do social, expressos nos sistemas educativos, nas instituições sociais e outros, todos cativos de um imaginário único e totalizante, geradores de mecanismos de exclusão, discriminação e violência. Como digo em outro texto (GUSMÃO, 1997, p. 10),

Avaliar a questão das diferenças, tão cara à antropologia e tão desafiadora, não é uma tarefa simples. Desde sempre, a antropologia e a educação têm se defrontado com universos raciais, étnicos, econômicos, sociais e de gênero entre tantos outros, como desafios que limitam ou impedem que se atinja metas, engendrando processos mais universalizantes e democráticos. No tempo presente [e, também agora, no século XXI], com tantas mudanças numa sociedade que se globaliza, estas questões não só, não se encontram resolvidas, como renascem com intensidade frente aos contextos de mudança.

Por tudo isso, o interesse pela questão da infância e da diferença se colocou a partir do campo, ainda nos anos de 1980, quando a pesquisa se dava no mundo rural. Por sua vez, acabou por se recolocar como um desafio novo e instigante em minha caminhada, na época de meu ingresso na Faculdade de Educação da UNICAMP (FE) em 1995. Pela primeira vez, após muitos anos de docência junto a departamentos de antropologia, passei a exercer a docência em um Departamento de Ciências Sociais e Educação (DECISAE). Porém, mudar de espaço, não foi mudar de área de conhecimento. Nesse novo espaço, o desafio

foi o de ativar, no interior do departamento e da FE, o campo de antropologia e educação. O objetivo central foi – e ainda é – o de pensar a formação do pedagogo, compreender e equacionar as contribuições de uma ciência como a antropologia, em termos de seu aparato teórico e instrumental. O pressuposto essencial de trabalhar diversos temas, por meio da “desnaturalização” das relações sociais, tomando por base as diferentes formas sociais presentes em contextos históricos singulares e que constituem parte do projeto antropológico ainda se mantém como objetivo necessário a todos aqueles que assumem as relações entre antropologia e educação para pensar a vida social da infância à adultez, da adultez à velhice.

No entanto, o desafio maior ainda é o de estabelecer o diálogo entre categorias, noções e visões de realidade que não apresentam à priori um campo de comunicabilidade comum. Nesse sentido, para que seja possível a convivência de dois campos – a antropologia e a educação –, torna-se necessário discutir o fazer antropológico, os antropólogos e suas linhagens no campo de formação de professores e não apenas na pedagogia¹³. De modo constante e crítico, cabe discutir a natureza do diálogo entre antropologia e pedagogia, antropologia e educação, entendendo cada um dos campos como devedores do processo histórico proposto pelo mundo ocidental do passado até o presente. Nos encontros e nos desencontros desse percurso, busquei e busco resgatar o papel do trabalho de campo, de seus recursos e embasamentos, propiciadores de um conhecimento denso, responsável e crítico.

¹³ Para esse debate indico, além de textos de minha autoria, os de autoria de Amurabi Oliveira, antropólogo que vem contribuindo sobremaneira para aprofundar esse debate. Muitos desses textos encontram-se disponíveis online, bastando a busca pelos nossos nomes.

TRILHAS E CAMINHOS: PASSADO E PRESENTE DO CAMINHAR

Para fechar esse diálogo começado em um outro tempo, outro século, posso dizer que, entre os anos 1990 e hoje, século XXI, o aporte temático de minha produção permanece centrado em grupos ou segmentos de grupos que vivenciam uma realidade

marcada por processos próprios da diferenciação social e étnico-cultural no interior da sociedade. No entanto, na particularidade da questão negra, respaldada pela Constituição de 1988, emergem, mais fortemente definido, um campo de luta política e, dentro dele, os movimentos organizados em torno de reivindicações de direito e de cidadania.

Temas, como território, cidadania, direitos, cultura política, direito costumeiro, etnicidade e conflito, são alguns dos desdobramentos postos pelo objeto e em função de sujeitos sociais historicamente constituídos. Ao mesmo tempo, são, também, os anos 1990 aqueles em que demarco, de modo mais intenso, minhas reflexões com a infância, a escola e a família, tidas, ainda, como realidades matizadas por relações raciais e de gênero. Todos os trabalhos e debates, desde então, correspondem ao inter cruzamento do rural e do urbano de mulheres e crianças, de cotidiano e imaginário, meninos de rua e outros.

Posso dizer que tenho me permitido abrir diferentes portas na construção do conhecimento e na sensibilização de minha constituição de pesquisadora, antropóloga e ser humano. Acredito que a força da alteridade alimenta a antropologia e o antropólogo como realidade viva e, talvez, seja essa a razão que torna o desafio entre antropologia e educação tão atraente em meu percurso, ainda que saiba que há muito que se fazer, refletir e polemizar para que ocorra uma possível “fusão de horizontes”, caso se acredite que ela seja possível, e eu acredito.

Não pretendi relatar minhas memórias, mesmo porque essas “quase memórias” falam de mim, a partir do presente e do tempo interior que me habita. Escrevo aqui sobre algumas trilhas compartilhadas entre os melhores e/ou desafiadores momentos de minha vida. Tentei descobrir e expor o meu perfil ou o que penso conhecer dele, para, então, poder revelar-me. Não acredito em acasos. Os rumos que segui foram frutos de um lento, mas determinado processo de construção de meu destino.

A experiência pessoal no campo da antropologia tem mostrado a possibilidade de muitos diálogos que resultam em superação de fronteiras entre disciplinas e saberes diferenciados. Da antropologia, da sociologia à economia, ao direito, a filosofia, educação, só para citar alguns espaços de trânsito do saber, o conhecimento se faz selvagem e mostra a necessidade de uma produção científica múltipla e pluridisciplinar. Nela e por ela, busco novos desafios.

Assim considero que minha formação como antropóloga e a condição de pesquisadora do mundo rural e da educação, das quais tenho imenso orgulho, fazem-me reconhecer, nesse processo, o papel, não só do conhecimento culto, mas também daquele que brota dos relacionamentos humanos e do compromisso com o próximo.

Ao fechar-se o ciclo, outras portas se abrem, mostrando que a escolha profissional se fez e se faz por um caminho dotado de coração e, tal como diz o bruxo Don Juan, de Castañeda (1968), isso o faz legítimo para ser trilhado e nele querer continuar a construir o caminho.

Até aqui, posso dizer que a antropologia foi a via para acessar “o cume da montanha”. Mas isso seria tudo? Não, diz o poeta, “se alcançarmos esses cumes é só de passagem, é só para continuar mais além” (WHITMAN, 1984, p.132). Aqui a razão de estar a trilhar o caminho ainda hoje, buscando entender a realidade em movimento que nos constitui como sujeitos, como pessoas, como profissionais. Sou assim, uma antropóloga que segue aprendendo agora e sempre, por novas trilhas e novos caminhos.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos R. *Deus te salve, Casa Santa!* Rio de Janeiro: FUNARTE, 1979.

BRANDÃO, Carlos R. *Sacerdotes de Viola. Rituais religiosos do catolicismo popular em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Vozes, 1981.

BRANDÃO, Carlos R. Almanaque Argonauta 3. *Por uma pedagogia peregrina*, 2022, s.n. (inédito).

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Olhar, ouvir, escrever. In: *Aula Inaugural – Cursos de Graduação*. Campinas: IFCH/ UNICAMP, 1994.

CASTAÑEDA, Carlos. *A erva-do-diabo*. São Paulo: Clube do Livro, 1968.

DA MATTA, Roberto. O ofício do etnólogo ou como ter Anthropological Blues. In: NUNES, Edson (Org.). *A aventura sociológica*. São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 23-35.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GUSMÃO, Neusa M.M. de. *Terra de pretos, terra de mulheres: terra, mulher e raça num bairro rural negro*. Brasília: MINC/ Fundação Cultural Palmares, 1995. (Biblioteca Palmares; v. 6).

GUSMÃO, Neusa M.M. de. Antropologia e Educação: as origens de um diálogo. *Cadernos CEDES*, ano XVII, 43, dezembro, 1997, p. 8-25. Dossiê Antropologia e Educação: interfaces do ensino e da pesquisa. GUSMÃO, Neusa M.M. de (Org.). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/i/1997.v18n43/>. Acesso em: 19 dez. 2022

GUSMÃO, Neusa M.M. de. Quilombo Campinho da Independência: direito insurgente, luta quilombola e educação. In: ROJAS, Axel; PIRES, Antonio Liberac Cardoso Simões; GOMES, Flávio dos Santos. *Territórios de Gente Negra. Processos, Transformações e Adaptações. Ensaio sobre Colômbia e Brasil*. Cruz das Almas, BA: EDIFURB; Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2016, p. 359-378.

GUSMÃO, Neusa M.M. de. Antropologia e educação quilombola: etnicidade e mediação. *Revista EntreRios*. PPGANT-UFPI, Teresina, Vol. 3, n. 1, p. 9-26, 2020.

MERLEAU-PONTY. De Mauss a Claude Lévi-Strauss. In: CHAUI, Marilena de S. (Org.). *Merleau-Ponty: vida e obra*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os Pensadores).

MONTEIRO, Paula. Mesa Redonda: A Sedução do Objeto. In: SILVA, Vagner G. et al. (Orgs.). *Antropologia e seus espelhos: a etnografia vista pelos observadores*. São Paulo: FFLCH-USP/FAPESP, 1994.

PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado. Trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe operária brasileira. In: LOPES, José Leite et al. (Orgs.). *Cultura e Identidade Operária: Aspectos da Cultura da Classe Trabalhadora*. Rio de Janeiro: Ufrj/Marco Zero, 1987. p. 53-101

PEIRANO, Mariza. Os antropólogos e suas linhagens. In: *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro; Relume Dumará, 1995. p. 13-29.

PEREIRA, João Baptista Borges “Estudos Antropológicos das Populações Negras na Universidade de São Paulo”, *Revista de Antropologia*, V.24 (1981), São Paulo/USP, p. 63-74. Disponível em: revistas.usp.br/ra/article/view/110967. Acesso em: 12 dez. 2022

PRITCHARD, E. Evans. *Os Nuers*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

VARGAS LLOSA. A mentira e a verdade na ficção. *Folha de S. Paulo*, 1984. Suplemento Literário.

WHITMAN, Walt. *Folhas de Relva*, São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 132.

NEUSA M. M. GUSMÃO - Antropóloga, Professora Titular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5627-1286>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6307432429392251>. E-mail: neusagusmao@uol.com.br